



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



<b>PROCESSO</b>	<b>10872.720222/2018-74</b>
<b>ACÓRDÃO</b>	1301-007.793 – 1 <sup>a</sup> SEÇÃO/3 <sup>a</sup> CÂMARA/1 <sup>a</sup> TURMA ORDINÁRIA
<b>SESSÃO DE</b>	26 de junho de 2025
<b>RECURSO</b>	VOLUNTÁRIO
<b>RECORRENTE</b>	ESPECIFARMA COM DE MEDICAMENTOS E PRO HOSPITALARES LTDA
<b>INTERESSADO</b>	FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ**

Ano-calendário: 2013, 2014

DEPÓSITOS BANCÁRIOS. OMISSÃO DE RECEITAS. PRESUNÇÃO LEGAL.

Caracterizam como omissão de receitas os valores creditados em conta de depósito junto à instituição financeira, em relação aos quais o titular, pessoa física ou jurídica, regularmente intimado, não comprova, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

TRIBUTAÇÃO REFLEXA. CSLL.

Em se tratando de exigência reflexa que tem por base os mesmos fatos que ensejaram o lançamento do IRPJ, a decisão de mérito prolatada no principal constitui prejulgado na decisão dos decorrentes.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

*Assinado Digitalmente*

**JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA** – Relator

*Assinado Digitalmente*

**RAFAEL TARANTO MALHEIROS** – Presidente

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros Iagaro Jung Martins, Jose Eduardo Dornelas Souza, Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Eduardo Monteiro Cardoso, Eduarda Lacerda Kanieski, Rafael Taranto Malheiros (Presidente).

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto em face do Acórdão nº 02-95.959, proferido pela 4ª Turma da DRJ/BHE que, por unanimidade de votos, julgou procedente em parte a Impugnação, mantendo parcialmente o crédito tributário exigido.

Por bem descrever o ocorrido, valho-me do relatório elaborado por ocasião do julgamento de primeira instância, a seguir transscrito:

### Lançamentos

Contra a contribuinte acima qualificada foram lavrados os Autos de Infração, anexos entre às fls. 1.641 e 1.675, para exigência de crédito tributário no montante de R\$ 3.502.376,37, assim discriminado:

	TRIBUTO	JUROS DE MORA	MULTA PROPORCIONAL	TOTAL
IRPJ	967.679,42	447.383,16	832.450,86	2.247.513,44
CSLL	538.746,90	249.582,56	466.533,47	1.254.862,93
				3.502.376,37

Segundo a “Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal” dos tributos lançados, o Autor do feito registra a seguinte infração: omissão de receita por presunção legal em razão de depósitos bancários de origem não comprovada, conforme relatório fiscal em anexo.

### Termo de Verificação Fiscal

No Relatório Fiscal anexo entre às fls. 1.634 e 1.640, após discorrer sobre como se deu o procedimento fiscal, destacando a inérgia do contribuinte em apresentar a documentação solicitada nas intimações e reintimações encaminhadas, o autor do feito informa o seguinte:

“[...]

### DAS CONCLUSÕES DA FISCALIZAÇÃO

*10. Inicialmente, cabe frisar que não realizamos a conciliação bancária com os Livros Diário e Razão, por tratar-se de uma contabilidade imprecisa para identificar os lançamentos contábeis de forma individualizada. Assim, os respectivos lançamentos contábeis foram desconsiderados uma vez que não identificamos a cronologia correta entre os mesmos e os lançamentos bancários.*

*Para tanto, utilizamos os depósitos efetuados nos bancos e contas correntes do contribuinte, realizando o cotejamento dos respectivos lançamentos em extratos bancários e as respectivas identificações produzidas pelo próprio contribuinte;*

*11. Diante da ausência de documentação hábil, idônea, e coincidente em data e valores, após a conciliação, intimamos o contribuinte mais uma vez a manifestar- se sobre os depósitos bancários registrados a título de Receita Bruta para a devida apuração nos anos-calendário de 2013 e 2014, conforme Intimação datada em 23/01/2019.*

*12. Tendo em vista a opção do contribuinte pelo Lucro Presumido e a apuração pelo regime de caixa, a presente fiscalização confrontou os lançamentos bancários com as notas fiscais emitidas e efetivamente recebidas, conforme comprovação por extrato bancário. Sendo apurado o faturamento do contribuinte, intimamos o mesmo a pronunciar-se sobre eventuais lançamentos e/ou depósitos os quais discordasse desta fiscalização. Não houve qualquer pronunciamento ou contestação.*

*13. Constatamos, mediante cruzamento dos extratos bancários entregues pelo fiscalizado contra as informações constantes nas declarações (DIMOF)*

*apresentadas pela rede bancária, que o contribuinte havia disponibilizado para fiscalização todos extratos bancários relativos aos anos-calendário 2013 e 2014, conforme quadro abaixo:*

*[...]*

*14. Tendo em vista os fatos anteriormente relatados, procedemos à constituição do crédito tributário com relação aos depósitos/créditos comprovados mediante extratos bancários conciliados com notas fiscais eletrônica emitidas, não identificados de forma individualizada na escrituração contábil e não declarados nas respectivas Declarações informadas pelo próprio contribuinte, relativo aos anos-calendário de 2013 e 2014.*

*15. Diante dos fatos, realizamos a apuração da omissão de receitas mês a mês, referente aos anos-calendário de 2013 e 2014, considerados Diante da ausência de documentação hábil, idônea, e coincidente em data e valores os depósitos individualmente identificados nas planilhas encaminhadas em anexo ao Termo N° 007, foram considerados como DE ORIGEM NÃO COMPROVADA, nos termos do artigo 42 da Lei No. 9430/96.*

*"Art. 42. Caracterizam-se também omissão de receita ou de rendimento os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular, pessoa física ou jurídica, regularmente*

intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações."

16. De acordo com o artigo 42 do RIR descrito acima, apuramos a Receita Bruta, conforme os depósitos bancários realizados, de forma individualizada e documentada, mês a mês, referente aos citados anos-calendário, confrontando as diferenças entre a Receita Bruta de Declarada e a movimentação bancária do contribuinte conforme extratos bancários. Apurada as diferenças, realizamos o lançamento do crédito tributário, de acordo com quadro a seguir:

Meses	Mov. Financeira	Trimestres	Valores Declarados	DIFERENÇAS (-)
jan/13	51.185,62			
fev/13	431.907,83			
mar/13	2.338.629,38	2.821.722,83	6.841.057,52	<b>-4.019.334,69</b>
abri/13	3.675.128,85			
mai/13	6.254.951,90			
jun/13	4.732.159,93	14.662.240,68	8.085.448,87	<b>6.576.791,81</b>
jul/13	2.665.198,98			
ago/13	2.574.816,38			
set/13	2.810.600,23	8.050.615,59	8.754.987,93	<b>-704.372,34</b>
out/13	6.729.034,80			
nov/13	1.415.585,28			
dez/13	2.857.582,67	11.002.202,75	9.866.238,78	<b>1.135.963,97</b>

Meses	Mov. Financeira	Trimestres	Valores Declarados	DIFERENÇAS (-)
jan/14	273.514,95			
fev/14	1.426.618,76			
mar/14	2.623.324,54	4.323.458,25	9.833.939,01	<b>-5.510.480,76</b>
abri/14	4.060.173,18			
mai/14	5.642.835,64			
jun/14	7.027.339,15	16.730.347,97	10.531.860,73	<b>6.198.487,24</b>
jul/14	6.988.157,18			
ago/14	8.675.409,25			
set/14	9.849.259,65	25.512.826,08	10.588.454,72	<b>14.924.371,36</b>
out/14	10.736.542,10			
nov/14	6.610.664,15			
dez/14	14.234.151,35	31.581.357,60	10.532.998,44	<b>21.048.359,16</b>

17. Tais receitas por não terem sido oferecidas à tributação, foram incluídas em auto de infração como "DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA", conforme artigo 42 da lei 9.430/96 C/C artigo 287 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR).

18. A Receita Omitida (Crédito de Origem Não Comprovada) foi então apurada, sendo os valores consolidados, mês a mês, relativamente ao ano-calendário de 2013, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 42 da Lei N° 9.430/96, referente aos dados extraídos da movimentação financeira fornecida pelos Bancos, os quais o contribuinte tem conta corrente, conforme tabela constante no item 23 do presente Relatório. Lembramos que as informações financeiras foram obtidas através de

*Requisição de Informações de Movimentação Financeira, considerando o não atendimento às Intimações por parte do contribuinte.*

*19. Diante dos fatos expostos, a prática reiterada de não atendimento a fiscalização de forma satisfatória com uma contabilidade imprestável, de forma a dificultar e/ou postergar o procedimento fiscal. A fiscalização somente pode apurar os fatos com a entrega dos extratos bancários que ocorreram apenas em 23/01/2019. Assim, realizamos a fiscalização de forma a comprovar e/ou justificar uma movimentação financeira não compatível com os valores declarados a título de Receita Bruta, aplicamos a Lei 8.137/90, arts. I, II e art.2º, I, que assim dispõe:*

[...]

*21. Pelo não atendimento, também, às Intimações e aos Editais para prestação de esclarecimentos, procedemos ao agravamento de multa, com base no art. 959, I, combinado com o art.957, I do Regulamento do Imposto de Renda (RIR). [...]"*

A contribuinte foi cientificada em 27/03/2019, fl. 1.677, e apresentou impugnação em 26/04/2019 (fls. 1.681 a 1.688).

#### **Impugnação**

Em sua impugnação a contribuinte alega, em síntese e fundamentalmente, o seguinte:

- Que a impugnante é empresa especializada em distribuição de medicamentos, comércio atacadista de materiais hospitalares, cosméticos entre outros;
- Que desde o início do procedimento fiscal procurou espontaneamente atender, informar e comprovar toda e qualquer solicitação da Fiscalização, apresentando documentos dos anos de 2013, 2014 e 2015;
- Que a compensação tributária é uma ferramenta cada vez mais utilizada pelos contribuintes para a satisfação dos créditos tributários;
- Que após a Lei nº 10.637/2002 que alterou o art. 74 da Lei nº 9.430/96, o contribuinte passou a realizar a compensação sponte sua, extinguindo imediatamente o crédito tributário;
- Que no caso concreto, a Especifarma auxiliou em todos os momentos a Fiscalização e comprovou não imputar danos ao erário, punível com o acréscimo de multas agravadas;
- Que segundo a Fiscalização, ao proceder a auditoria na empresa não foi possível realizar a conciliação bancária com os livros diários e razão, por se tratar de uma contabilidade imprestável, devido a sua forma de lançamento não ser individualizada;
- Ressalta que a documentação não estava imprestável. Que a forma de contabilizar e a dificuldade para apresentar documentos comprobatórios

decorreram da perda dos livros originais conforme confirma o registro de ocorrência anexo;

- Questiona qual prejuízo teria causado contra a Fiscalização;
- A empresa é optante do lucro presumido e aplica apuração em regime de caixa. Os lançamentos foram feitos respeitando as imunidades tributárias dos medicamentos;
- Se a Fiscalização é atendida e tudo se desvela com os devidos esclarecimentos prestados pelo contribuinte, qual o prejuízo?
- Que houve vício material em virtude da capitulação equivocada do ato que constitui infração à legislação tributária;
- Que a errônea capitulação legal dos atos omissivos da Especifarma levou à constituição e cobrança de uma multa draconiana que não observa o princípio da proporcionalidade;
- Ao final, requer que seja acolhido o presente recurso para o fim de assim ser decidido, cancelando o débito fiscal reclamado em sua totalidade;

É o relatório.

Naquela oportunidade, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Belo Horizonte/MG, analisando os argumentos da interessada, concluiu por julgar a impugnação procedente em parte, mantendo parcialmente o crédito tributário exigido, cujo acórdão foi assim ementado:

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

**Ano-calendário: 2013 e 2014**

**DEPÓSITOS BANCÁRIOS. OMISSÃO DE RECEITAS. PRESUNÇÃO LEGAL.**

Caracterizam como omissão de receitas os valores creditados em conta de depósito junto à instituição financeira, em relação aos quais o titular, pessoa física ou jurídica, regularmente intimado, não comprova, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

**ESCRITURAÇÃO. CRONOLOGIA. INDIVIDUAÇÃO**

A escrituração contábil é uma obrigação acessória, cabendo ao contribuinte a realização desta nos moldes da legislação de regência.

**MULTA DE OFÍCIO AGRAVADA. IMPROCEDÊNCIA**

Ainda que o contribuinte não tenha apresentado todos os dados solicitados pela fiscalização, deve-se afastar a multa agravada quando constatado que tal circunstância não impediu nem prejudicou, de forma incisiva, a definição da base de cálculo dos tributos lançados.

**TRIBUTAÇÃO REFLEXA. CSLL.**

Em se tratando de exigência reflexa que tem por base os mesmos fatos que ensejaram o lançamento do IRPJ, a decisão de mérito prolatada no principal constitui prejulgado na decisão dos decorrentes.

Impugnação Procedente em Parte Crédito

Tributário Mantido em Parte

Ciente do acórdão recorrido, e com ele inconformado, o contribuinte apresentou, tempestivamente, recurso voluntário, reiterando as razões de defesa apresentadas.

É o relatório.

## VOTO

Conselheiro José Eduardo Dornelas Souza, Relator.

O recurso é tempestivo e atende aos pressupostos regimentais de admissibilidade, portanto, dele conheço.

### **Do Recurso Voluntário**

Em sua petição, o Contribuinte traz argumentos direcionados ao significado da palavra “ocultação” e, em seguida, diz que sua atividade e lançamentos não causaram prejuízos à fiscalização; na sequência, consigna a definição legal de fraude, e enfatiza que houve erro na capitulação legal dos seus atos que levaram a constituição e cobrança da multa aplicada. E, por fim, requer a improcedência da ação fiscal.

Seus argumentos não procedem.

Primeiro, a multa agravada aplicada já foi reduzida pela DRJ, e qualquer argumento fundamentado em princípios constitucionais, com o fim de reduzir a multa de 75%, não deve ser conhecido nesta seara administrativa, conforme súmula CARF nº 2, aprovada pelo Pleno em 2006, a seguir transcrita:

Súmula CARF nº 2

O CARF não é competente para se pronunciar sobre a constitucionalidade de lei tributária.

Os demais argumentos não se contextualizam com a pretensão do contribuinte de improcedência da ação fiscal.

No caso em análise, o contribuinte é acusado de omissão de receita, caracterizada pela falta de comprovação da origem dos depósitos/créditos efetuados em suas contas bancária, tendo por base legal o art. 42 da Lei nº 9.430, de 1996, que assim dispõe:

Art. 42. Caracterizam -se também omissão de receita ou de rendimento os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular, pessoa física ou jurídica, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

O referido dispositivo, inclusive, teve sua constitucionalidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, em julgamento sujeito à repercussão geral:

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. DEPÓSITOS BANCÁRIOS. OMISSÃO DE RECEITA. LEI 9.430/1996, ART. 42. CONSTITUCIONALIDADE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO DESPROVIDO.

1. Trata-se de Recurso Extraordinário, submetido à sistemática da repercussão geral (Tema 842), em que se discute a Incidência de Imposto de Renda sobre os depósitos bancários considerados como omissão de receita ou de rendimento, em face da previsão contida no art. 42 da Lei 9.430/1996. Sustenta o recorrente que o artigo 42 da Lei 9.430/1996 teria usurpado a norma contida no artigo 43 do Código Tributário Nacional, ampliando o fato gerador da obrigação tributária.
2. O artigo 42 da Lei 9.430/1996 estabelece que caracterizam-se também omissão de receita ou de rendimento os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular, pessoa física ou jurídica, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.
3. Consoante o art. 43 do CTN, o aspecto material da regra matriz de incidência do Imposto de Renda é a aquisição ou disponibilidade de renda ou acréscimos patrimoniais.
4. Diversamente do apontado pelo recorrente, o artigo 42 da Lei 9.430/1996 não ampliou o fato gerador do tributo; ao contrário, trouxe apenas a possibilidade de se impor a exação quando o contribuinte, embora intimado, não conseguir comprovar a origem de seus rendimentos.
5. Para se furtar da obrigação de pagar o tributo e impedir que o Fisco procedesse ao lançamento tributário, bastaria que o contribuinte fizesse mera alegação de que os depósitos efetuados em sua conta corrente pertencem a terceiros, sem se desincumbir do ônus de comprovar a veracidade de sua declaração. Isso impediria a tributação de rendas auferidas, cuja origem não foi comprovada, na contramão de todo o sistema tributário nacional, em violação, ainda, aos princípios da igualdade e da isonomia.
6. A omissão de receita resulta na dificuldade de o Fisco auferir a origem dos depósitos efetuados na conta corrente do contribuinte, bem como o valor exato das receitas/rendimentos tributáveis, o que também justifica atribuir o ônus da prova ao correntista omissso. Dessa forma, é constitucional a tributação de todas as receitas depositadas em conta, cuja origem não foi comprovada pelo titular.
7. Recurso Extraordinário a que se nega provimento.

Tema 842, fixada a seguinte tese de repercussão geral: "O artigo 42 da Lei 9.430/1996 é constitucional". (RE 855649, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 03/05/2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-091 DIVULG 12-05-2021 PUBLIC 13-05-2021)

Tal dispositivo legal estabeleceu uma presunção de omissão de receitas, autorizando a exigência de imposto de renda e de contribuições correspondentes, sempre que o titular da conta bancária, pessoa física ou jurídica, regularmente intimado, não comprovar, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos creditados em sua conta de depósito ou de investimento.

O contribuinte foi intimado a comprovar, com documentação hábil e idônea, a origem dos valores depositados/creditados nas suas contas corrente, e deixou de comprovar a origem dos depósitos questionados pelo Fisco, e, no transcurso do processo administrativo também não se desincumbiu em comprovar com provas hábeis e idôneas a origem dos depósitos bancários.

Logo, restou caracterizada a presunção legal prevista no art. 42 da Lei nº 9.430, de 1996, de que os valores creditados advieram de receitas não oferecidas à tributação.

#### Conclusão

Do exposto, voto por negar provimento ao recurso.

*Assinado Digitalmente*

**JOSÉ EDUARDO DORNELAS SOUZA**